

IFRS S1 E S2 NA TRILHA DA SUSTENTABILIDADE: um estudo bibliométrico na área da Contabilidade

FABIANE FIDELIS QUERINO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)

MARIA APARECIDA CURI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)

JOÃO PAULO DE BRITO NASCIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)

CARLA LEILA OLIVEIRA CAMPOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)

CLÁUDIO ROBERTO CARÍSSIMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)

IFRS S1 E S2 NA TRILHA DA SUSTENTABILIDADE: um estudo bibliométrico na área da Contabilidade

1. Introdução

As pressões sociais, de mercado e regulatórias para que as empresas considerem as questões de sustentabilidade tiveram início na segunda metade do século XX e ganharam força a partir da década de 1970 (Grafton, 2024). Esse movimento foi impulsionado por eventos como a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, e o Relatório Brundtland, publicado em 1987, que formalizou o conceito de desenvolvimento sustentável (Baste, & Watson, 2022; Aguiar, Gomes, Monteiro, & Freire, 2024). Desde então, iniciativas como o *Dow Jones Sustainability Index* e o Pacto Global da ONU consolidaram a sustentabilidade como fator estratégico para empresas e investidores (Nechita, 2019; Fukuda-Parr, & Muchhala, 2020). Diante da crescente valorização dos aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), a contabilidade ambiental passou a desempenhar um papel central ao permitir a mensuração e divulgação sistemática dos impactos ambientais das atividades econômicas (Tsang, Frost, & Cao, 2023; Mooneepen, Abhayawansa, & Mamode Khan, 2022; Eze, & Nkwo, 2024).

A consolidação da contabilidade ambiental como ferramenta de gestão e conformidade regulatória se reflete em sua normatização internacional, notadamente com a criação do *International Sustainability Standards Board (ISSB)* e a emissão das normas *International Financial Reporting Standards (IFRS)* IFRS S1 e IFRS S2, voltadas à divulgação de informações de sustentabilidade e climáticas (Murcia, 2024; Ferreira, Barros, & Pimentel, 2024; Pratama, Dewi, Sofia, Muhammad, & Megawati, 2024). Essas normas, associadas a outras iniciativas, como o *Global Reporting Initiative (GRI)* e o Pacto Global da ONU, impulsionaram a difusão de práticas contábeis sustentáveis em escala global (Vallet-Bellmunt, Fuertes-Fuertes, & Flor, 2023; Nicolò, Zampone, de Iorio, & Sannino, 2024). No Brasil, o processo de adaptação normativa liderado pelo CPC demonstra o avanço institucional da agenda ambiental no campo contábil (Cardoso, Saravia, Tenório, & Silva, 2009; Almeida Reinaldi, Santos, & Freitas, 2023). Essa mudança normativa representa não apenas um avanço técnico, mas também um estímulo à produção científica na área contábil, especialmente no que se refere à contabilidade ambiental e aos desdobramentos teóricos e empíricos que ela suscita.

Diante desse cenário, argumenta-se que é importante compreender a evolução da produção científica sobre contabilidade ambiental e os padrões IFRS S1 e S2. Para isso, alguns questionamentos surgem para nortear a discussão, como: Quais são as dinâmicas de publicação e citação que caracterizam a produção científica na área? Quais países e periódicos lideram a produção científica na área? Os artigos da amostra estão ancorados em quais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)? Qual é a teoria predominante que fundamenta os estudos sobre o tema? E quais caminhos futuros se delineiam para as pesquisas nesse campo? Dessa forma, o presente estudo teve por objetivo investigar o comportamento da literatura científica internacional sobre a contabilidade ambiental, a fim de identificar os temas que estão emergindo, principalmente após a promulgação das normas IFRS S1 e S2. Para atingir esse objetivo, este artigo adotou o método bibliométrico a partir dos trabalhos encontrados na *Web of Science*. Posteriormente, foi realizada uma análise dos artigos publicados nos anos de 2024 e 2025 para identificar as principais abordagens teóricas utilizada pelos estudos e também realizar uma agenda de estudos futuros (Akpan, & Oluwagbade, 2023).

Este estudo contribui para a literatura ao oferecer uma visão sistematizada e atualizada da produção científica sobre contabilidade ambiental à luz dos padrões IFRS S1 e S2, identificando as principais teorias, assuntos pesquisados, periódicos e países que lideram esse campo e os ODS associados aos estudos. Ao fazer essas análises, este trabalho permite compreender em que medida a contabilidade tem respondido às novas demandas regulatórias e ambientais. Além disso, os achados fornecem subsídios relevantes para pesquisadores,

reguladores e profissionais da contabilidade que buscam alinhar práticas contábeis com os compromissos globais de sustentabilidade.

Este artigo está organizado em cinco seções. A primeira introduz a pesquisa, apresentando as questões de pesquisa, os objetivos e as contribuições. A segunda seção descreve a abordagem metodológica adotada, detalhando o processo de seleção dos artigos que compõem a amostra. Na terceira seção, são apresentados os resultados, enquanto a quarta seção apresenta as considerações finais do estudo.

2. Métodos e procedimentos

Para alcançar os objetivos propostos, recorreu-se à bibliometria, uma metodologia quantitativa que se fundamenta na aplicação de técnicas estatísticas para quantificar a produção científica e identificar o comportamento da literatura científica da área. Entende-se que a bibliometria é adequada, uma vez que os estudos bibliométricos permitem analisar criticamente o conteúdo já publicado, oferecendo subsídios para o reconhecimento de padrões e lacunas na literatura existente, conforme apontado por Hassan e Duarte (2024) e Klarin (2024). Além do mais, na área contábil, essa abordagem tem se mostrado especialmente útil para mapear o surgimento de temas emergentes, permitindo visualizar como os novos assuntos são tratados ao longo do tempo, em diferentes contextos teóricos e regionais (Thomas, Jayachandran, & Biju, 2024).

A base de dados escolhida para a coleta da amostra foi a *Web of Science - Coleção Principal (Clarivate Analytics)*, pela relevância internacional na indexação de publicações científicas (Ghorbani, 2024). Trata-se de uma base de dados que possui uma cobertura abrangente de periódicos de alta qualidade, critérios rígidos de indexação e com foco na excelência editorial (Schnell, 2017). Além do mais, a sua estrutura permite a extração de dados padronizados e consistentes, essenciais para a aplicação de técnicas quantitativas de mensuração da produção científica (Pessin, Yamane, & Siman, 2022).

A busca foi realizada no dia 1º de maio de 2025, utilizando as seguintes *strings*: ("*accounting*" OR "*accountancy*" OR "*financial reporting*" OR "*financial accounting*" OR "*managerial accounting*" OR "*cost accounting*" OR "*auditing*" OR "*bookkeeping*" OR "*corporate accounting*" OR "*public accounting*" OR "*government accounting*") AND ("*IFRS S1*" OR "*IFRS S2*" OR "*IFRS Sustainability Disclosure Standards*" OR "*ISSB standards*" OR "*International Sustainability Standards Board*" OR "*sustainability disclosure*" OR "*climate-related disclosure*" OR "*environmental reporting*" OR "*environmental disclosure*" OR "*sustainability reporting*" OR "*ESG disclosure*" OR "*non-financial reporting*" OR "*climate-related financial disclosure*" OR "*green accounting*" OR "*environmental accounting*"). A busca inicial resultou em 4.182 documentos. Contudo, a fim de assegurar a precisão temática da amostra, a busca foi repetida considerando apenas os títulos dos trabalhos, resultando em 709 documentos identificados. Para garantir a robustez dos resultados, foram selecionados apenas artigos científicos e revisões de literatura, revisados por pares, reduzindo a amostra final para 503 publicações.

Após a coleta, os dados foram tratados e analisados com auxílio dos *softwares Bibliometrix (R)* (Aria, & Cuccurullo, 2017) e *VOSviewer* (van Eck, & Waltman, 2010), com análises descritivas e exploratórias dos seguintes aspectos: número de publicações e citações por ano, artigos mais citados, periódicos com maior número de artigos, países de origem das publicações, alinhamento com os ODS, palavras-chave mais recorrentes, redes de cocitação, mapeamento das teorias e agenda de estudos futuros. Esse processo permitiu identificar padrões e lacunas na literatura, fornecendo subsídios para discussões futuras sobre o avanço da contabilidade diante das novas exigências internacionais de divulgação de sustentabilidade.

3. Resultados e discussões

Esta seção apresenta os resultados da análise de fronteira da pesquisa, com base no conjunto de artigos selecionados. Os dados apontam para a formação de agrupamentos temporários de estudos relacionados ao tema analisado, evidenciando as dinâmicas e os caminhos evolutivos da produção científica ao longo do tempo (Chen, 2006).

3.1 Análise descritiva

A análise temporal das publicações científicas e do volume de citações, apresentados na Figura 1, revela um crescimento expressivo sobre a temática da sustentabilidade na contabilidade, especialmente a partir de 2005, com aceleração significativa após 2010. Esse aumento acompanha a intensificação dos debates globais sobre a ESG, relatórios integrados e, de maneira mais recente, a introdução dos padrões IFRS S1 e S2 pelo *International Sustainability Standards Boards* (ISSB). É possível observar que o pico de publicações ocorreu em 2023, ano que coincide com o lançamento oficial das normas do IFRS S1 e S2 (Murcia, 2024), evidenciando o interesse da comunidade acadêmica em compreender e explorar sua aplicação. Em termos de impacto, é notável que a ano de 2024 obteve o maior número de citações, o que indica que os estudos produzidos nos anos anteriores já estão sendo amplamente referenciados, consolidando-se como base teórica para novas investigações. Vale ressaltar que a baixa queda dos dados apresentada no ano de 2025, é justificada devido à parcialidade dos dados coletados. De modo geral, os resultados da Figura 1 apontam para a emergência de um campo em consolidação, reforçando a atualidade do presente estudo e a relevância de sistematizar os avanços teóricos associados à sustentabilidade no âmbito contábil.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

É possível observar que o assunto começou a ser abordado na literatura científica em 1987 por meio do artigo de Leipert (1987), sendo que este surge em um momento de transição e crescente conscientização global sobre os limites do modelo tradicional de desenvolvimento econômico baseado no crescimento do Produto Nacional Bruto (GNP). Esse movimento foi impulsionado por eventos significativos como a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, que chamou atenção para a necessidade de conciliar desenvolvimento e preservação ambiental, e, principalmente, pelo Relatório Brundtland, publicado no mesmo ano do artigo, que formalizou o conceito de desenvolvimento sustentável (Aguiar et al., 2024). Nesse contexto, o artigo de Leipert (1987) se insere como uma das vozes pioneiras, ao propor a superação do GNP como indicador exclusivo de bem-estar, argumentando que tal métrica ignora os custos ambientais e sociais associados ao crescimento econômico. Ao questionar a ausência de integração entre sistemas econômicos e ecológicos, Leipert (1987) antecipa temas que seriam aprofundados posteriormente na agenda internacional, como a contabilidade ambiental, o conceito de capital natural e a mensuração de despesas defensivas. Assim, sua contribuição dialoga diretamente com os avanços político-institucionais da época, ao propor uma crítica técnica e normativa que complementa os esforços diplomáticos e conceituais da sustentabilidade global emergente.

Em relação às citações, a Figura 1 apresenta um crescimento constante no interesse da comunidade científica pelo tema da sustentabilidade na contabilidade. Embora os primeiros anos apresentem citações residuais, observa-se um aumento expressivo a partir de 2010, com um salto significativo a partir de 2020, atingindo o ápice em 2024. Diante desse cenário, se faz relevante identificar e analisar os artigos mais citados da amostra (Tabela 1), os quais desempenham um papel central na formação teórica e metodológica do campo, além de servirem como base para o avanço das discussões sobre a contabilidade, relatórios de sustentabilidade e impactos ambientais.

É possível observar uma relação entre os artigos mais citados, sendo que os trabalhos de Boyd (2007), Lohmann (2009) e Muller et al. (2011) analisam a mensuração e valoração ambiental. Boyd (2007) propõe uma estrutura conceitual para classificar os valores atribuídos ao capital natural (valor de uso, de opção, não uso), o que oferece uma base teórica para integrar esses valores em decisões econômicas e políticas. Já Lohmann (2009) concentra o estudo nos sistemas de comércio de emissões (ETS) e faz uma discussão dos limites de precificação do carbono e da governança do mercado ambiental. Essa abordagem é operacionalizada de forma mais quantitativa por Muller et al. (2011), que criam um modelo de contabilização dos danos ambientais nas contas nacionais, com foco em poluição nos Estados Unidos. Sendo assim, é possível verificar uma relação entre esses três artigos, uma vez que é abordado pelos autores o desafio da evidenciação das externalidades ambientais, seja ela de forma normativa (Boyd, 2007), crítica (Lohmann, 2009) ou empírica (Muller, Mendelsohn, & Nordhaus, 2011).

Já os artigos de Perego, Kennedy e Whiteman (2016) e Stolowy e Paugam (2018), analisam as práticas empresariais de divulgação não financeira. Perego et al. (2016) investigam os determinantes institucionais e econômicos da adoção do relatório não financeiro, revelando como o ambiente regulatório e a governança corporativa afetam a transparência socioambiental. Stolowy e Paugam (2018), por sua vez, analisam o conceito de relatório não financeiro, evidenciando sua expansão, diversidade e falta de padronização, problemas esses que os IFRS S1 e S2 buscam resolver.

Tabela 1: Artigos mais citados da amostra

#	Título	Autor(es) (Ano)	Periódico	Total de Citações	Média por ano
1º	<i>What are ecosystem services? The need for standardized environmental accounting units</i>	Boyd & Banzhaf (2007)	<i>Ecological economics</i>	1.288	67,79
2º	<i>Toward a More Coherent Understanding of the Organization-Society Relationship: A Theoretical Consideration for Social and Environmental Accounting Research</i>	Chen & Roberts (2010)	<i>Journal of business ethics</i>	303	18,94
3º	<i>Environmental Accounting for Pollution in the United States Economy</i>	Muller et al. (2011)	<i>American Economic Review</i>	279	18,6
4º	<i>Toward a different debate in environmental accounting: The cases of carbon and cost-benefit</i>	Lohmann (2011)	<i>Accounting, organizations and society</i>	210	12,35
5º	<i>The expansion of non-financial reporting: an exploratory study</i>	Stolowy & Paugam (2018)	<i>Accounting and Business Research</i>	180	22,5

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A Tabela 2 apresenta os periódicos nos quais os artigos da amostra foram publicados, destacando-se o periódico *Sustainability*, com 24 publicações. A análise dos artigos publicados nesse periódico revela um perfil interdisciplinar e quantitativo voltado para a relação entre a

contabilidade, sustentabilidade e governança corporativa. De maneira geral, os estudos têm foco na transparência das informações não financeiras, nas práticas de *disclosure* e na avaliação da efetividade dos mecanismos regulatórios, destacando-se temas como relatório não financeiro, ESG, contabilidade verde e responsabilidade social corporativa (Jum'a, Zimon, & Ikram, 2021; Gündüz, & Gündüz, 2025). Em termos metodológicos, o periódico apresenta um perfil predominantemente quantitativo, com o uso de técnicas como análise estatística, regressão, modelagens econométricas, árvores de decisão e avaliação *fuzzy*, aplicadas tanto a bases empíricas, como relatórios de sustentabilidade, quanto a contextos setoriais e nacionais diversos (Li, Li, & Qi., 2018; Kasperzak, Kureljusic, Reisch, & Thies, 2023). Os estudos apresentam uma relação ao alinharem a contabilidade com objetivos ambientais e sociais mais amplos, ressaltando desafios como a padronização dos relatórios, a comparabilidade das informações e os limites das atuais regulamentações.

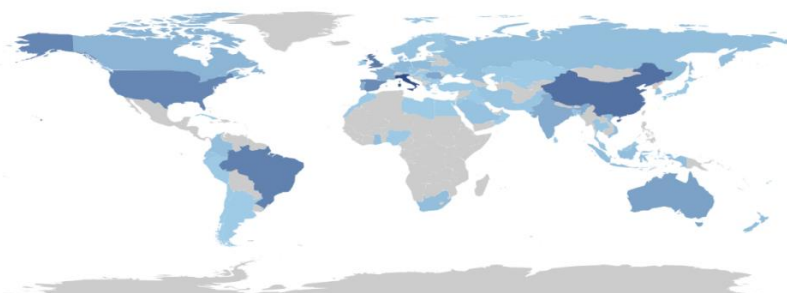
Tabela 2: Principais periódicos da seleção

#	Periódico	Quantidade	Fator de Impacto	H-Index	País	Editora
1°	<i>Sustainability</i>	24	0.688	207	Suíça	<i>Multidisciplinary Digital Publishing Institute (MDPI)</i>
2°	<i>Meditari Accountancy Research</i>	15	1.008	50	Reino Unido	<i>Emerald Group Publishing Ltd.</i>
3°	<i>Sustainability Accounting Management and Policy Journal</i>	13	1.449	57	Reino Unido	<i>Emerald Group Publishing Ltd.</i>
4°	<i>Accounting Forum</i>	12	0.923	66	Reino Unido	<i>Taylor and Francis Ltd.</i>
5°	<i>Critical Perspectives on Accounting</i>	11	2.426	91	Estados Unidos	<i>Academic Press</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação aos países que mais publicaram sobre o tema, a Figura 2 mostra uma predominância de países europeus, como Itália (13,1%), Inglaterra (10,5%) e Espanha (7%), no debate sobre contabilidade e sustentabilidade, o que pode ser explicado pelo forte alinhamento dessas nações com políticas regulatórias como a *Non-Financial Reporting Directive* da União Europeia, que impõe obrigações de *disclosure* ambiental e social para empresas de interesse público (Barbu, Ionescu- Feleagă, & Ferrati, 2022). Países como os Estados Unidos (9,3%) e a China (8,7%) também se destacam, refletindo o papel estratégico da contabilidade ambiental em duas das maiores economias globais, ambas pressionadas por desafios ambientais e exigência de investidores. Além disso, a alta participação da China pode ser justificada devido ao investimento público em pesquisa e ao avanço das regulamentações ambientais nacionais (Li et al., 2018). A presença expressiva de países como Brasil (5,8%), Romênia (4,2%) e Austrália (5,6%) indica a ampliação do interesse em regiões fora do eixo tradicional, sugerindo um movimento de internacionalização e descentralização da agenda contábil-sustentável. No caso brasileiro, por exemplo, a justificativa pode derivar do fato de que o Brasil foi o primeiro país a se comprometer com a adoção das normas internacionais IFRS S1 e IFRS S2, por meio da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 193, de 2023, e da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.710, de 2023 (Murcia, 2024).

Figura 2: Países com maior número de publicações das pesquisas



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Dado a temática da pesquisa, faz-se relevante analisar a associação entre os artigos da amostra e os ODS, como apresentado na Tabela 3. Vale ressaltar que um artigo pode estar associado a mais de um ODS. Os resultados mostram uma forte concentração dos artigos no ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, que corresponde por 75,1% dos trabalhos. Esse resultado sugere que a literatura científica tem direcionado seus esforços majoritariamente à inovação organizacional, tecnológica e à estrutura das empresas, incluindo temas como práticas de *disclosure*, transformação digital e infraestrutura de relatórios. Essa sobreposição de estudos no ODS 9 se alinha diretamente aos propósitos dos IFRS S1 e S2, que buscam aprimorar a transparência e a qualidade das informações de sustentabilidade (Aluchna, Roszkowska-Menkes, Kamiński, & Bosek-Rak, 2022; Rossi, & Candio, 2023; Cho, & Patten, 2013).

Contudo, é notória uma baixa presença de estudos voltados ao ODS 13 - Ação Contra a Mudança do Clima, com apenas 19,7%, o que é incompatível, considerando que o IFRS S2 trata diretamente dos riscos e oportunidades climáticas (Shafique et al., 2024). Esse achado aponta para uma lacuna na literatura contábil, especialmente no que diz respeito à mensuração, divulgação e mitigação de riscos climáticos. Situação semelhante ocorre com o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, presente em apenas 14,1% dos estudos, apesar do elevado potencial de contribuição da contabilidade nessa temática, especialmente no que se refere à mensuração de externalidades, à análise do ciclo de vida de produtos e à elaboração de relatórios não financeiros que promovam maior transparência nas práticas de produção e consumo. Por fim, observa-se uma baixa incidência do ODS 17 - Parceria e Meios de Implementação, com apenas 0,59% dos artigos da amostra, sendo que esse dado reforça a percepção de que há escassez de estudos voltados à cooperação multissetorial entre governos, empresas e sociedade civil na implementação dos relatórios de sustentabilidade. Assim, os resultados mostram que a aplicação do IFRS S1 e S2 permanece fortemente ancorada em uma perspectiva organizacional e técnica, com lacunas para a atuação social e intersetorial da sustentabilidade. Esse resultado pode ser influenciado pelas teorias predominantes nos estudos, como a teoria da legitimidade, que tende a privilegiar a imagem institucional em detrimento de impactos sociais efetivos.

Tabela 3: Alinhamento dos artigos da seleção aos ODS.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Quantidade de Registros	% de 503
9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	378	75,149%
13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	99	19,682%
7 - Energia Acessível e Limpa	76	15,109%
12 - Consumo e Produção Responsáveis	71	14,115%
8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	63	12,525%
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	52	10,338%
15 - Vida Terrestre	47	9,344%
14 - Vida na Água	43	8,549%
6 - Água Potável e Saneamento	42	8,350%
2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	23	4,573%
3 - Saúde e Bem-Estar	12	2,386%
4 - Educação de Qualidade	6	1,193%

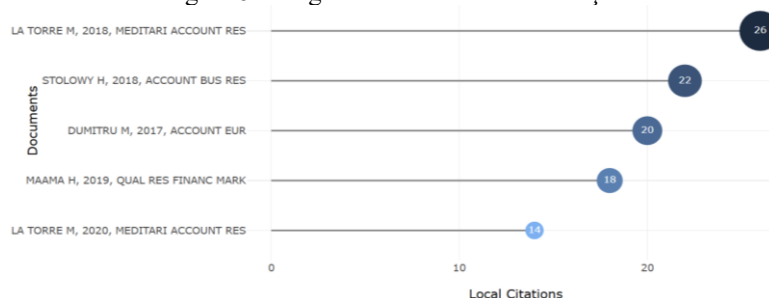
3.2 Análise de cocitação

Com o intuito de compreender a base teórica que sustenta a produção científica sobre a contabilidade ambiental, *disclosure* não financeiro e sustentabilidade corporativa, temas esses inerentes aos IFRS S1 e S2, torna-se pertinente verificar a base intelectual utilizada pelos autores da amostra. Esta análise permite identificar os documentos, autores e fontes mais cocitados, que atuam como referências centrais na construção do conhecimento da área. Ao mapear esses elementos, é possível evidenciar as influências conceituais predominantes e os marcos teóricos consolidados (Chen, 2006).

A Figura 5 apresenta os documentos mais cocitados globalmente na amostra analisada, evidenciando os principais marcos teóricos e empíricos que fundamentam os estudos sobre a temática. O artigo mais cocitado é de La Torre, Sabelfeld, Blomkvist, Tarquinio e Dumay (2018), com 26 citações, publicado na *Meditari Accountancy Research*. Esse artigo é uma reflexão crítica e propositiva sobre os efeitos e limitações da diretiva europeia de relato não financeiro, sugerindo caminhos para pesquisas empíricas e teóricas que ajudem a compreender e aprimorar a regulação da sustentabilidade corporativa na Europa. O artigo de Stolowy e Paugam (2018), com 22 cocitações, adota uma abordagem institucional e sociológica para compreender a expansão do relato não financeiro (NFR). Os autores argumentam que essa prática se consolidou por meio de processos de legitimação simbólica e institucionalização, mais do que por razões estritamente técnicas ou regulatórias. O trabalho de Dumitru, Guse e Krasodomska (2017), com 20 cocitações, analisa a qualidade das divulgações não financeiras na Polônia e na Romênia, antes da entrada em vigor da Diretiva Europeia 2014/95/UE. Adotando uma perspectiva institucional, o estudo utiliza uma abordagem quantitativa com base em dados secundários e em normas regulatórias prévias. Os resultados revelam que fatores institucionais, como regulamentações nacionais anteriores, propriedade e setor de atuação, influenciam a qualidade da divulgação. Embora a Polônia apresente maior voluntariedade, a Romênia alcança pontuação geral mais alta, reforçando o papel da regulação no avanço da RNF.

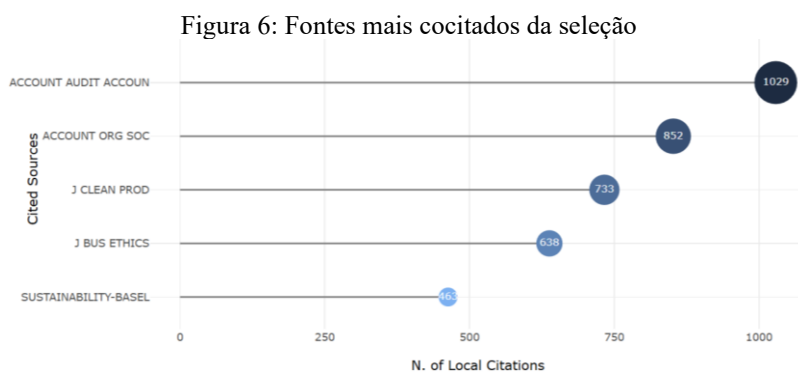
O quarto artigo mais cocitado é de Maama e Appiah (2019), com 18 citações, que adota uma abordagem quantitativa e uma epistemologia empirista ao utilizar modelos estatísticos para avaliar os efeitos da divulgação de relatórios de sustentabilidade sobre o comportamento de investidores e analistas financeiros. Com foco na mensuração e previsibilidade das respostas do mercado, o estudo é conduzido no contexto da Bolsa de Joanesburgo, contribuindo para a compreensão do papel do *disclosure* ESG em mercados emergentes. Por fim, o quinto artigo mais cocitado é de La Torre, Sabelfeld, Blomkvist e Dumay (2020), com 14 cocitações, que interpreta os mecanismos de *accountability* a partir de uma perspectiva institucional crítica, dialogando com a teoria da legitimidade e reforçando a compreensão da contabilidade como construção social mediada por normas e expectativas dos usuários. Dessa forma, os documentos mais cocitados revelam uma base teórica e metodológica diversificada, com destaque para as abordagens institucional, interpretativista e crítica. Essas correntes procuram entender as práticas contábeis sustentáveis para além de sua dimensão técnica, reconhecendo que tais práticas são moldadas por fatores sociais, culturais, regulatórios e contextuais.

Figura 5: Artigos mais cocitados da seleção



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Por fim, é relevante analisar as fontes mais cocitadas, conforme apresentado na Figura 6. A principal fonte é o periódico *Accounting, Auditing & Accountability Journal (AAAJ)*, com 1.029 citações locais, demonstrando sua centralidade nos debates críticos sobre práticas contábeis, legitimidade institucional e sustentabilidade. Em seguida, destacam-se *Accounting, Organizations and Society (AOS)* com 852 citações, e o *Journal of Cleaner Production*, com 733 citações, ambos voltados a investigações sobre o papel das organizações na sustentabilidade e na produção mais limpa. O *Journal of Business Ethics* aparece com 638 citações, reforçando a interface entre ética, responsabilidade social corporativa e contabilidade. Por fim, o periódico *Sustainability (Basel)*, com 463 citações, embora com menor frequência em relação aos demais, ocupa papel relevante, especialmente por ser uma das revistas mais recentes e com alto volume de publicações sobre ESG, IFRS S1 e S2 e relatórios integrados.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

3.3 Mapeamento das teorias utilizadas na literatura

Com o intuito de aprofundar a compreensão dos fundamentos conceituais que orientam os estudos recentes sobre a temática, foi realizada uma análise sobre as teorias, abordagens e perspectivas teóricas adotadas pelos autores dos artigos. Para tanto, a amostra considerou publicações dos anos de 2024 e 2025, uma vez que os artigos desses anos refletem as transformações mais recentes na agenda regulatória e científica da área. Além disso, a escolha desse período se justifica, pois o avanço de marcos normativos como as normas ISSB e a Diretiva Europeia de Relato de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) incentivou a intensificação de pesquisas sobre a temática, tornando esse intervalo especialmente relevante para mapear as tendências teóricas atuais (van Dijk, Hijink, & in't Veld, 2024).

- a) Teoria da Legitimidade: Essa teoria foi empregada por 13 artigos da seleção e parte do pressuposto de que as organizações operam com uma 'licença social' concedida implicitamente pela sociedade (Suchman, 1995). Dentro desse contexto, a divulgação ambiental é uma forma de demonstrar conformidade com os valores sociais e responder a pressões externas para manter ou restaurar essa legitimidade (Villacampa-Porta, Coronado-Vaca, & Garrido-Merchán, 2025). Além do mais, nos artigos analisados, essa teoria também é utilizada para justificar o engajamento das empresas com relatórios ambientais como uma resposta estratégica às demandas institucionais e regulatórias. Um exemplo de aplicação, são os estudos que avaliam o impacto de regulamentações, como a CSDR da União Europeia, adotam essa perspectiva para analisar o comportamento simbólico das empresas frente às exigências de transparência (Fera, Moscariello, Salzillo, & Farina, 2025; Villacampa-Porta et al., 2025). De forma semelhante, Ratmono, Mail, Cahyonowati e Janie (2024) empregam essa teoria para explicar como as empresas indonésias utilizam a contabilidade verde como mecanismo para garantir aceitação social.
- b) Teoria dos *Stakeholders*: Foi empregada por 10 artigos da seleção e propõe que as organizações devem considerar os interesses de todos os seus públicos estratégicos e não apenas os interesses dos acionistas, em suas decisões (Freeman, 1984; Freeman & Reed,

1983). Nesse sentido, a contabilidade ambiental é vista como uma ferramenta de diálogo e prestação de contas com esse grupo (Saeed, Kamil, & Wiredu, 2024). Nos artigos analisados, a teoria dos *stakeholders* aparece associada à ideia de que empresas buscam demonstrar responsabilidade ambiental como forma de atender expectativas sociais, obter apoio institucional e preservar sua reputação. Autores como Saeed et al. (2024) e Barroso-Méndez, Pajuelo-Moreno e Gallardo-Vázquez (2024) defendem que a divulgação ambiental contribui para construir confiança com partes interessadas, como investidores, reguladores e sociedade civil.

- c) Teoria da Agência: A teoria foi utilizada em 9 artigos, sendo que ela trata das relações contratuais entre os proprietários (principais) e os gestores (agentes), relação essa marcada por assimetrias de informação (Jensen, & Meckling, 1976). Nesse cenário, a contabilidade ambiental pode ser usada tanto para reduzir essas assimetrias, tanto quanto ferramenta de manipulação da informação (Malik, & Kashiramka, 2025). Nos artigos revisados, a teoria da agência é aplicada para explicar como características da governança corporativa, como a presença de diretores independentes, afetam a qualidade das divulgações ambientais (Cappellieri, Lombardi, Pizzo, & Vinciguerra, 2025; Malik, & Kashiramka, 2025).
- d) Teoria Institucional: Essa teoria foi utilizada em 8 artigos e sustenta que as organizações adotam práticas, como o *disclosure* ambiental, em resposta à pressão do ambiente institucional, seja ela coercitiva, como as leis; normativa, como as expectativas sociais; e mimética, como as imitações de concorrentes (DiMaggio, & Powell, 1983; Scott, 1995). Os autores utilizam essa teoria para analisar o papel das regulações e das normas sociais na formação de padrões de contabilidade ambiental. Por exemplo, Fera et al. (2025) utilizam a teoria institucional para discutir como a regulamentação da CSRD pressiona empresas a se adaptarem a novas exigências de *disclosure*. Askari Shahamabad, Shamsadini, Yazdifar e Askari Shahamabad (2025) também aplicam essa teoria para explicar a adoção de práticas de SEA em resposta a pressões externas, sobretudo em países em desenvolvimento.
- e) Perspectiva crítica/ Economia Política Institucionalista (IPE): Essa abordagem foi utilizada em dois artigos e ela propõe uma análise que considera que a contabilidade é moldada por forças políticas, sociais e econômicas, e que não pode ser neutra frente às crises ambientais e sociais (Castelo Branco, Gomes, & Martins, 2024). Castelo Branco et al. (2024) argumentam que a contabilidade ambiental deve transcender sua função técnica para se tornar uma ferramenta de justiça social e ecológica. Os autores utilizam os fundamentos da Economia Política Institucionalista para propor uma contabilidade que considere valores como equidade, bem-estar coletivo e limites planetários.

Outras abordagens menos frequentes, como a Teoria do Sinal, usada por Villacampa-Porta et al. (2025), Teoria da Dependência de Recursos, como utilizado por Chang, Agyemang, Saeed e Adam (2024) e a Teoria da Assimetria de Informação, como usado por Malik e Kashiramka (2025), foram identificadas em estudos que tinham como foco a análise financeira ou avaliação de desempenho ambiental. Essa diversidade teórica mostra o caráter interdisciplinar da temática e revela uma coexistência entre abordagens funcionalistas, críticas, normativas e ecológicas. Observa-se também, que embora as teorias tradicionais continuem dominando o campo, há uma abertura crescente para estruturas teóricas mais amplas, que consideram aspectos institucionais e políticos da sustentabilidade organizacional.

3.4 Agenda de estudos futuros

A fim de identificar lacunas e direcionamentos para pesquisas futuras em contabilidade ambiental, foi realizada uma análise de abordagens temáticas e teóricas com base em artigos publicados nos anos de 2024 e 2025, conforme apresentado na Tabela 4. Ao todo, foram mapeados 80 artigos relevantes sobre a temática. No entanto, a análise efetiva foi conduzida

com 56 desses estudos, em virtude da limitação de acesso aos documentos completos em algumas publicações. Com base nesse conjunto de artigos, organizou-se uma agenda de estudos futuros dividida por eixos temáticos estratégicos, contemplando os principais debates, tendências emergentes e oportunidades de aprofundamento no campo.

Tabela 4: Agenda de estudos futuros

Temática	Foco de pesquisa	Autor(es) de referência
Impacto da complexidade dos relatórios contábeis nas divulgações ESG.	Impacto dos sistemas contábeis e ferramentas digitais na qualidade e manipulação das divulgações.	Al Amosh (2025), Siddiqui & Keddie (2025), Yao et al. (2025)
Conexão entre contabilidade e sistemas de controle para sustentabilidade	Conexão entre contabilidade, governança, digitalização e padrões como o ESRS.	El Alam et al. (2024), Villacampa-Porta et al. (2025)
Práticas de contabilidade verde, inovação ambiental e desempenho das firmas.	Efeitos da inovação ambiental e regulação sobre desempenho financeiro.	Zhao et al. (2025), Astuti e Ahmar (2025)
Relação entre divulgação de sustentabilidade e reputação empresarial	Divulgação como instrumento de legitimidade e construção reputacional.	Barroso-Méndez et al. (2024), Gündüz e Gündüz (2025), Fera et al. (2025)
Estratégias de divulgação anticorrupção e impactos regulatórios.	Percepção de risco e influência cultural sobre divulgação e conformidade.	Landis & Paglietti (2025), Breijer et al. (2025)
Inteligência artificial (IA) e educação contábil como moderadores da contabilidade verde	Papel moderador da IA e da formação contábil na padronização das práticas ambientais.	Khan & Gupta (2025)
Efeitos contextuais de regulação sobre práticas de divulgação não financeira.	Respostas institucionais e fatores que afetam o <i>decoupling</i> regulatório.	Festing et al. (2025), Saeed et al. (2024)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Espera-se que esta análise contribua para orientar pesquisadores interessados na temática da contabilidade ambiental, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para o delineamento de novos estudos.

4. Considerações finais

O objetivo deste estudo foi investigar o comportamento da literatura científica internacional sobre a contabilidade ambiental, a fim de identificar os temas que estão emergindo, principalmente após a promulgação das normas IFRS S1 e S2. Buscou-se evidenciar o comportamento da literatura científica internacional nesse campo, os países e periódicos que mais publicam, os ODS no qual os artigos são ancorados e as estruturas de citação, além da discussão das principais correntes teóricas. Adicionalmente, foi realizada uma agenda de pesquisas futuras. Ao longo do artigo foi possível responder às questões de pesquisa norteadoras deste trabalho.

Os resultados evidenciam que as discussões sobre o tema tiveram início na literatura científica em 1987, refletindo os primeiros movimentos internacionais voltados à proteção ambiental e às exigências emergentes sobre o papel das organizações na promoção da sustentabilidade. Contudo, o pico de publicação foi em 2023, período após a publicação dos IFRS S1 e S2. Além disso, foi possível constatar a predominância de países europeus na produção científica sobre contabilidade ambiental e sustentabilidade, acompanhados por grandes economias como Estados Unidos e China, bem como por nações emergentes como Brasil, cuja atuação normativa e crescente interesse pelo tema, refletem a internacionalização e descentralização da agenda contábil-sustentável. Em termos de publicação, destaca-se o

protagonismo do periódico *Sustainability*, cuja produção evidencia a ênfase em abordagens quantitativas e interdisciplinares voltadas à contabilidade sustentável.

A análise dos ODS associados aos artigos revela uma forte concentração no ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, indicando que a literatura tem priorizado abordagens voltadas à inovação organizacional e estruturação dos sistemas de *disclosure*, em consonância com os propósitos técnicos dos IFRS S1 e S2. Dentre as bases teóricas identificadas, destaca-se a predominância da Teoria da Legitimidade, o que revela uma tendência da literatura em interpretar a contabilidade ambiental como uma ferramenta estratégica de conformidade institucional e manutenção da imagem corporativa.

Este estudo apresenta contribuições para o campo da contabilidade ambiental ao oferecer um mapeamento atualizado da produção científica relacionada aos padrões IFRS S1 e S2. Em termos teóricos, os resultados auxiliam na consolidação e crítica das abordagens predominantes, como a Teoria da Legitimidade. Em termos gerenciais, a pesquisa fornece evidências sobre as principais práticas de *disclosure* adotadas e os desafios enfrentados pelas organizações, oferecendo subsídios para a melhoria da qualidade e da credibilidade dos relatórios não financeiros. Dessa forma, o estudo reforça a importância da contabilidade como instrumento estratégico para a sustentabilidade e para a governança global.

Como limitações, destacam-se a restrição à base *Web of Science* e à busca apenas por títulos, o que pode ter reduzido o alcance temático da amostra. Também se reconhece, no estudo dos fundamentos conceituais dos trabalhos, o recorte temporal restrito aos anos de 2024 e 2025 e a impossibilidade de análise integral de todos os artigos identificados devido às limitações de acesso para as análises das correntes teóricas e confecção da agenda de estudos futuros. Diante disso, sugerem-se como caminhos para pesquisas futuras a ampliação das bases de dados consultadas, o aprofundamento empírico em contextos nacionais específicos e o estímulo a investigações sobre temas ainda pouco explorados, como a atuação da contabilidade nos ODS 13, 12 e 17. Estudos qualitativos e de cunho longitudinal também se mostram promissores para compreender os impactos reais da adoção das normas ISSB na prática organizacional.

Referências

- Aguiar, J. H. S., Gomes, S. M. D. S., Monteiro, S. M. D. S., & Freire, F. D. S. (2024). The integration of Sustainable Development Goals (SDG) in the Pedagogical Projects of Accounting Courses in Brazil. *Revista de Administração da UFSM*, 17(spe1), e8.
- Akpan, J. U., & Oluwagbade, O. (2023). Social and environmental responsibility in accounting: Beyond financial metrics. *International Journal of social sciences and management research*, 9(9), 163-188.
- Al Amosh, H. (2025). Exploring the Influence of Accounting Reporting Complexity on ESG Disclosure. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*.
- Almeida Reinaldi, M. A., Santos, R. O., & Freitas, C. C. G. (2023). Dilemas éticos e desafios da formação contábil frente ao desenvolvimento tecnológico e a Educação Ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 18(4), 09-25.
- Aluchna, M., Roszkowska-Menkes, M., Kamiński, B., & Bosek-Rak, D. (2022). Do institutional investors encourage firm to social disclosure? The stakeholder salience perspective. *Journal of Business Research*, 142, 674-682.
- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of informetrics*, 11(4), 959-975.
- Askari Shahamabad, M., Shamsadini, K., Yazdifar, H., & Askari Shahamabad, F. (2025). Multi-criteria decision-making (MCDM) techniques for ranking the drivers and executive solutions of social and environmental accounting. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, 18(4), 813-834.

- Astuti, T., & Ahmar, N. (2025). Effects of green intellectual capital, green accounting, and green innovation on firm value: The moderating role of return on assets. *Environmental Economics*, 16(1), 1–12.
- Barbu, A., Catană, Ș. A., Deselnicu, D. C., Cioca, L. I., & Ioanid, A. (2022). Factors influencing consumer behavior toward green products: A systematic literature review. *International journal of environmental research and public health*, 19(24), 16568.
- Barbu, E. M., Ionescu-Feleagă, L., & Ferrat, Y. (2022). The evolution of environmental reporting in Europe: The role of financial and non-financial regulation. *The International Journal of Accounting*, 57(02), 2250008.
- Barroso-Méndez, M. J., Pajuelo-Moreno, M. L., & Gallardo-Vázquez, D. (2024). A meta-analytic review of the sustainability disclosure and reputation relationship: aggregating findings in the field of social and environmental accounting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 15(5), 1210-1254.
- Baste, I. A., & Watson, R. T. (2022). Tackling the climate, biodiversity and pollution emergencies by making peace with nature 50 years after the Stockholm Conference. *Global Environmental Change*, 73, 102466.
- Boyd, J., & Banzhaf, S. (2007). What are ecosystem services? The need for standardized environmental accounting units. *Ecological economics*, 63(2-3), 616-626.
- Brejjer, R., Erkens, M. H., Orij, R. P., & Vergoossen, R. G. A. (2025, March). Mandatory versus voluntary non-financial reporting: reporting practices and economic consequences. In *Accounting Forum* (Vol. 49, No. 2, pp. 303-335). Routledge.
- Cappellieri, F., Lombardi, R., Pizzo, M., & Vinciguerra, R. (2025). Environmental reporting in public sector organizations: A review of literature for the future paths of research. *Financial Accountability & Management*, 41(1), 159-199.
- Cardoso, R. L., Saravia, E., Tenório, F. G., & Silva, M. A. (2009). Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. *Revista de Administração Pública*, 43, 773-799.
- Castelo Branco, M. C., Gomes, D., & Martins, A. (2024). An institutionalist political-economy perspective on social and environmental accounting. *Meditari Accountancy Research*, 32(5), 1641-1661.
- Chang, G., Agyemang, A. O., Saeed, U. F., & Adam, I. (2024). RETRACTED: Assessing the impact of financing decisions and ownership structure on green accounting disclosure: Evidence from developing economies. *Heliyon*, 10(5).
- Chen, C. (2006). CiteSpace II: Detecting and visualizing emerging trends and transient patterns in scientific literature. *Journal of the American Society for information Science and Technology*, 57(3), 359-377.
- Chen, J. C., & Roberts, R. W. (2010). Toward a more coherent understanding of the organization–society relationship: A theoretical consideration for social and environmental accounting research. *Journal of business ethics*, 97, 651-665.
- Cho, C. H., & Patten, D. M. (2013). Green accounting: Reflections from a CSR and environmental disclosure perspective. *Critical Perspectives on accounting*, 24(6), 443-447.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American sociological review*, 48(2), 147-160.
- Dumitru, M., Dyduch, J., Gușe, R. G., & Krasodomska, J. (2017). Corporate reporting practices in Poland and Romania—an ex-ante study to the new non-financial reporting European directive. *Accounting in Europe*, 14(3), 279-304.

- El Alam, R., Grande, U., Buonocore, E., Paletto, A., & Franzese, P. P. (2024). The Scientific Research on Environmental Accounting: A Bibliometric Network Analysis. *Ecological Questions*, 35(1), 1-17.
- Eze, J. & Nkwo, C. (2024). Green Accounting Practices: A Comparative Analysis of Environmental Accounting and Natural Resource Accounting in Business Operations. *International Journal of Advanced Academic Research*, 10(2), 2488-9849.
- Fera, P., Moscariello, N., Salzillo, G., & Farina, E. (2025). Towards the Regulation of Non-Financial Reporting: The Impact on Environmental Disclosure Within the Oil and Gas Sector. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 32(3), 4053-4067.
- Ferreira, B. F., Barros, L. A. D. C., & Pimentel, R. C. (2024). Adoção das IFRS e ratings de crédito: um estudo comparativo em mercados emergentes e desenvolvidos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 35, e1843.
- Festing, M., Ballnat, A., Aluchna, M., Bohdanowicz, L., Jastrzębska, E., Roszkowska-Menkes, M., ... & Steger, T. (2024). Organizational responses to non-financial reporting legislation in Germany and Poland—Qualitative study and explanatory framework. *European Management Journal*.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge university press.
- Freeman, R. E., & Reed, D. L. (1983). Stockholders and stakeholders: A new perspective on corporate governance. *California Management Review*, 25(3), 88–106.
- Fukuda-Parr, S., & Muchhala, B. (2020). The Southern origins of sustainable development goals: Ideas, actors, aspirations. *World Development*, 126, 104706.
- Ghorbani, B. D. (2024). Bibliometrix: science mapping analysis with r biblioshiny based on web of science in applied linguistics. In *A scientometrics research perspective in applied linguistics* (pp. 197-234). Cham: Springer Nature Switzerland.
- Grafton, J. (2024). Incorporando agendas de sustentabilidade nas organizações: uma perspectiva de mensuração de desempenho e controle gerencial. *Revista Contabilidade & Finanças*, 35, e9046.
- Gündüz, M., & Gündüz, M. (2025). Environmental Accounting Disclosures and Financial Performance: Evidence from the Banking Sector. *Sustainability*, 17(8), 3569.
- Hassan, W., & Duarte, A. E. (2024). Bibliometric analysis: a few suggestions. *Current problems in cardiology*, 102640.
- IFRS Foundation. (2023). *IFRS S1: General requirements for disclosure of sustainability-related financial information*. International Sustainability Standards Board. <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards/ifrs-s1-general-requirements-for-disclosure-of-sustainability-related-financial-information/>
- IFRS Foundation. (2023). *IFRS S2: Climate-related disclosures*. International Sustainability Standards Board. <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards/ifrs-s2-climate-related-disclosures/>
- Jensen, M. C. & Meckling, W. H., (1976). Theory of the Firm. *Managerial behavior, agency costs and ownership structure*, 3(4), 305-360.
- Jum'a, L., Zimon, D., & Ikram, M. (2021). A relationship between supply chain practices, environmental sustainability and financial performance: evidence from manufacturing companies in Jordan. *Sustainability*, 13(4), 2152.
- Kasperzak, R., Kureljusic, M., Reisch, L., & Thies, S. (2023). Accounting for carbon emissions—Current state of sustainability reporting practice under the GHG protocol. *Sustainability*, 15(2), 994.

- Khan, S., & Gupta, S. (2025). Boosting the efficacy of green accounting for better firm performance: artificial intelligence and accounting quality as moderators. *Meditari Accountancy Research*, 33(2), 472-496.
- Klarin, A. (2024). How to conduct a bibliometric content analysis: Guidelines and contributions of content co-occurrence or co-word literature reviews. *International Journal of Consumer Studies*, 48(2), e13031.
- La Torre, M., Sabelfeld, S., Blomkvist, M., & Dumay, J. (2020). Rebuilding trust: Sustainability and non-financial reporting and the European Union regulation. *Meditari Accountancy Research*, 28(5), 701-725.
- La Torre, M., Sabelfeld, S., Blomkvist, M., Tarquinio, L., & Dumay, J. (2018). Harmonising non-financial reporting regulation in Europe: Practical forces and projections for future research. *Meditari Accountancy Research*, 26(4), 598-621.
- Landis, C., & Paglietti, P. (2017). Anti-Corruption Disclosures as part of CSR reporting in Europe: Initial Insights. In *IFRS: Global rules and local use* (pp. 28-46). Anglo-American University.
- Leipert, C. (1987). A Critical Appraisal of Gross National Product: The Measurement of Net National Welfare and Environmental Accounting: Impressions and Reflections in the Wake of Discussions Conducted during a Visit to the United States in May 1985. *Journal of economic issues*, 21(1), 357-373.
- Li, M., Tian, A., Li, S., & Qi, X. (2018). Evaluating the quality of enterprise environmental accounting information disclosure. *Sustainability*, 10(7), 2136.
- Lohmann, L. (2009). Toward a different debate in environmental accounting: The cases of carbon and cost-benefit. *Accounting, organizations and society*, 34(3-4), 499-534.
- Maama, H., & Appiah, K. O. (2019). Green accounting practices: lesson from an emerging economy. *Qualitative Research in Financial Markets*, 11(4), 456-478.
- Malik, N., & Kashiramka, S. (2025). ESG disclosure and its impact on firm leverage: Moderating role of quality of financial reporting and financial constraints. *Global Finance Journal*, 65, 101099.
- Mooneepen, O., Abhayawansa, S., & Mamode Khan, N. (2022). The influence of the country governance environment on corporate environmental, social and governance (ESG) performance. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 13(4), 953-985.
- Muller, N. Z., Mendelsohn, R., & Nordhaus, W. (2011). Environmental accounting for pollution in the United States economy. *American Economic Review*, 101(5), 1649-1675.
- Murcia, F. D. R. (2024). A nova “revolução” da divulgação das informações sobre sustentabilidade empresarial e as normas do ISSB. *Revista Brasileira de Contabilidade*.
- Nechita, E. (2019). Analysis of the Relationship between Accounting and Sustainable Development. The Role of Accounting and Accounting Profession on Sustainable Development. *Audit Financiar*, 17(155).
- Nicolò, G., Zampone, G., de Iorio, S., & Sannino, G. (2024). Does SDG disclosure reflect corporate underlying sustainability performance? Evidence from UN Global Compact participants. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 35(1), 214-260.
- Perego, P., Kennedy, S., & Whiteman, G. (2016). A lot of icing but little cake? Taking Integrated Reporting forward. *Journal of Cleaner Production*, 136, 53-64.
- Pessin, V. Z., Yamane, L. H., & Siman, R. R. (2022). Smart bibliometrics: an integrated method of science mapping and bibliometric analysis. *Scientometrics*, 127(6), 3695-3718.
- Pratama, A., Dewi, N., Sofia, P., Muhammad, K., & Megawati, L. R. (2024). Sustainability Reporting Ecosystem and IFRS S1 and S2: How Accounting Research can assist its Implementation. *Journal of Ecohumanism*, 3(4), 3101-3129.

- Ratmono, D., Mail, R., Cahyonowati, N., & Janie, D. N. (2024). The role of environmental performance in mediating the relationship between green accounting and corporate social responsibility. *Environmental Economics*, 15(1), 46.
- Rossi, P., & Candio, P. (2023). The independent and moderating role of choice of non-financial reporting format on forecast accuracy and ESG disclosure. *Journal of Environmental Management*, 345, 118891.
- Saeed, U. F., Kamil, R., & Wiredu, I. (2024). The moderating role of technological innovation on ownership structure, financing decisions and environmental accounting disclosure. *Cogent Business & Management*, 11(1), 2396543.
- Schnell, J. D. (2017). Web of Science: The first citation index for data analytics and scientometrics. In *Research Analytics* (pp. 15-30). Auerbach Publications.
- Scott, W. Richard 1995. *Institutions and Organizations*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Shafique, D. Z., Asif, M., Hussain, A., Khan, M., Fakhridinovich Uktamov, K., & Al-Faryan, M. A. S. (2024). Determinants of Weighted Average Cost of Companies Using Non-Financial Reporting Initiatives in Pakistan. *Sage Open*, 14(1), 21582440241235548.
- Siddiqui, S. A., & Keddie, S. L. What's the Holdup? Sustainability Reporting's Uneven Push into Areas of "Old Guard" Traditional Accounting: A Bibliometric Analysis. *Accounting Perspectives*.
- Stolowy, H., & Paugam, L. (2018). The expansion of non-financial reporting: an exploratory study. *Accounting and Business Research*, 48(5), 525-548.
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of management review*, 20(3), 571-610.
- Thomas, A. S., Jayachandran, A., & Biju, A. V. N. (2024). Strategic mapping of the environmental social governance landscape in finance—A bibliometric exploration through concepts and themes. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 31(5), 4428-4453.
- Tsang, A., Frost, T., & Cao, H. (2023). Environmental, social, and governance (ESG) disclosure: A literature review. *The British Accounting Review*, 55(1), 101149.
- Vallet-Bellmunt, T., Fuertes-Fuertes, I., & Flor, M. L. (2023). Reporting Sustainable Development Goal 12 in the Spanish food retail industry. An analysis based on Global Reporting Initiative performance indicators. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 30(2), 695-707.
- van Dijk, L., Hijink, S., & in't Veld, L. (2024). Corporate Sustainability Reporting. In *Sustainable finance in Europe: Corporate governance, financial stability and financial markets* (pp. 185-210). Cham: Springer International Publishing.
- Van Eck, N., & Waltman, L. (2010). Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *scientometrics*, 84(2), 523-538.
- Villacampa-Porta, J., Coronado-Vaca, M., & Garrido-Merchán, E. C. (2025). Impact of EU non-financial reporting regulation on Spanish companies' environmental disclosure: a cutting-edge natural language processing approach. *Environmental Sciences Europe*, 37(1), 1-33.
- Yao, J., Bo, Q., & Zhang, Y. (2025). Corporate Digital Transformation and Environmental Accounting Information Disclosure: A Dual Examination of Internal Empowerment and External Monitoring. *Sustainability*, 17(7), 2898.
- Zhao, R., Mou, Y., & Yu, X. (2025). Analysis of the moderating effects of environmental regulations on green accounting information disclosure and financial performance of heavily polluting enterprises. *Finance Research Letters*, 72, 106493.